

Registo de descrição

Data relatório

2023-12-10

Registo

PT/MVNF/DR - Daniel Rodrigues

Nível de descrição	F
Código de referência	PT/MVNF/DR
Tipo de título	Atribuído
Título	Daniel Rodrigues
Datas de produção	1890-06-21 - 1990
Dimensão e suporte	237 documentos; papel, madeira.
Entidade detentora	Município de Vila Nova Famalicão - Arquivo Municipal Alberto Sampaio
História custodial e arquivística	Fundo Daniel Rodrigues

Daniel José Rodrigues nasceu na freguesia de Britelo, concelho de Celorico de Basto, a 8 de Maio de 1877. Iniciou os seus estudos no Porto, em Outubro de 1886, na Escola Moderna, ao Campo dos Mártires da Pátria. Aí faria os exames de instrução primária, elementar em 1887 e complementar em 1888.

Em Outubro desse ano de 1888, transitou para o Colégio de Lamego, onde terminaria o curso dos liceus, em 1893. Neste Colégio seria aluno de Camilo Pessanha. Ainda neste estabelecimento de ensino, e na sequência do Ultimatum e do 31 de Janeiro, terá começado a formação republicana de Daniel Rodrigues, através da leitura da imprensa e, parece que também, da propaganda que no Colégio fazia um professor, de nome Silva Ramos, o "Vacas".

Embora desejando ser médico de marinha a influência paterna levou-o a matricular-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, o que fez em Outubro de 1893.

Terminaria o curso em 1900, depois de ter reprovado dois anos, um deles atribuível a perseguição política, e no meio dos problemas financeiros que a morte do pai tinha provocado a toda a família.

Em Coimbra Daniel Rodrigues participaria, cada vez mais ativamente, no movimento da propaganda republicana.

Aqui, também, seria iniciado na Maçonaria, na Loja Preseverança, fundada por um grupo de estudantes, auxiliados pelo futuro Senador Manuel António da Costa. Desinteligências cada vez mais graves levariam ao afastamento desta Loja, e à criação da Loja Prometeu de que seria venerável, até à data da sua formatura, em Junho de 1900. O tempo coimbrão terá também sido marcado pela filiação na Carbonária, do que não se conhecem quaisquer pormenores. A atividade literária de Daniel Rodrigues, iniciada com "Apostrophes", data igualmente dos anos de Coimbra.

Iniciada a carreira profissional, como subdelegado do Procurador Régio na Ilha das Flores graças aos esforços do Barão de Joane e do Visconde de Pindela. Foi colocado em Macedo de Cavaleiros, onde permaneceu de Junho de 1900 a Fevereiro de 1901.

Feito o concurso para Delegado, em Maio de 1901, no Tribunal da Relação do Porto, instalar-se-ia, pouco depois, em Vila Nova de Famalicão, terra natal de sua mulher, Maria de Faria Gonçalves, com quem entretanto tinha casado, em 14 de Setembro, na igreja de S. Silvestre de Requião, tendo como padrinho o 2º Barão de Joane, António Luís Machado Guimarães, irmão de Bernardino Machado.

Em Vila Nova de Famalicão, abria escritório de advogado no Campo da Feira, tendo sido pouco depois convidado para Administrador do Concelho, aderindo ao Partido Progressista, de que era chefe local o mesmo Barão de Joane, de quem muito provavelmente, partiu o convite, aliás recusado.

Em Agosto de 1903 tomaria posse como Ajudante do Conservador do Registo Predial, de Vila Nova de Famalicão, cargo que exerceria até Julho de 1904, altura em que, graças aos esforços do Barão de Joane e do Visconde de Pindela, seria finalmente colocado como Delegado do Procurador Régio, na Ilha das Flores, onde se manteve quatro meses, sendo então transferido para Vila Real de Santo António, mais uma vez por interferência do Barão de Joane, desta vez junto de José Maria de Alpoim, então Ministro da Justiça.

Colocado em Cabeceiras de Basto, ver-se-ia envolvido em obscuras lutas políticas locais que o levariam a ser transferido para Avis, onde se esteve quatro anos, difíceis.

A promoção a Delegado de 2.ª Classe permitir-lhe-ia, finalmente, abandonar a comarca alentejana, sendo sucessivamente colocada nas comarcas de Alcobaça e Cantanhede, que não chegou a ocupar, e posteriormente Monção, onde tomou posse em 23 de Fevereiro de 1910, lugar que manteria até à Proclamação da República.

Em meados de Outubro de 1910, seria chamado a Lisboa pelo Dr. Bernardino Machado, para tomar posse do lugar de Delegado do Procurador da República, na 3.ª Vara Cível, e no 1.º Juízo de Investigação Criminal Tendo sido escolhido pelo Governo Provisório para promotor público, ver-se-ia envolvido em vários processos de forte implicação política, como o instaurado contra os ministros do Governo de João Franco, e o da Companhia do Crédito Predial Português. Ainda em 1910 seria nomeado vogal da Comissão de Inquérito aos Tribunais Cíveis de 1.ª instância, de Lisboa.

Aprovada a Lei de Separação do Estado das Igrejas, seria nomeado vogal da Comissão Central de Execução, da referida Lei, pelo Ministro da Justiça, Afonso Costa, seu futuro chefe político. Ainda em

1911, por Decreto de 12 de Agosto, seria promovido, por distinção, a Delegado de 1ª Classe. Um proselitismo político, acentuado, levaria à eleição do primeiro cargo puramente político da sua carreira, tendo sido eleito, em Março de 1912, Presidente da Comissão Municipal de Lisboa, do Partido Republicano Português, Seria também eleito, para a Comissão Administrativa do Centro Republicano, em Lisboa.

Totalmente ligado ao Partido Democrático e a Afonso Costa, seria nomeado Governador Civil de Lisboa, cargo que manteve durante a vigência do 1º Governo presidido por este político. Aí, provavelmente, terão começado as acusações de ligação à célebre "Formiga Branca", que o acompanhariam durante toda a vigência da Primeira República.

Nas eleições parciais de Outubro de 1913, seria eleito deputado por Penafiel, transitando logo de seguida para o Senado, onde se manteve até à dissolução do Parlamento, durante o Governo Pimenta de Castro. Participando na Revolução de Maio de 1915, como membro do Comité Revolucionário, de Lisboa, seria em seguida eleito Senador, pelo Distrito de Beja (Junho de 1915). Nomeado Ouvidor da Junta do Critério Público (Decreto de 1 de Abril de 1916) foi por isso obrigado a renunciar ao cargo de Senador.

Como Ouvidor da Junta do Crédito Público, teria o seu primeiro contacto com a Caixa Geral de Depósitos, fá que seria escolhido como representante da Junta, no Conselho Fiscal daquela instituição de crédito. Promovido a Juiz de 3ª Classe, em Março, continuaria, no entanto, a exercer as suas funções em Lisboa, não exercendo assim a magistratura, na Comarca de Nisa, onde tinha sido colocado.

Em plena Primeira Guerra Mundial, seria nomeado vogal -secretário da Intendência dos Bens dos Inimigos, organismo do Ministério das Finanças. Diria, anos depois, num dos seus cadernos de apontamentos acerca da infeliz participação portuguesa no conflito: «Começa a cair no ridículo o ritual com que abundante e ruidosamente solenizamos a nossa gloriosa derrota de 9 de Abril de 1918, em Flandres.

...

Entretanto, com o falecimento do Dr. José Estêvão de Vasconcelos, ficava vago o lugar de Administrador Geral da Caixa Geral de Depósitos, no Verão de 1917. Estávamos na época do 3º Governo Afonso Costa, que com a Presidência acumulava a pasta das Finanças. No meio de muita controvérsia, seria Daniel Rodrigues o escolhido para ocupar este cargo, tendo tomado posse a 15 de Outubro de 1917.

Logo de seguida, por Portaria de 12 de Novembro, seria nomeado Director-Geral Interino da Estatística. No entanto, a Revolução Sidonista de 5 de Dezembro de 1917, viria a determinar o não exercício de todas estas funções públicas e até a sua prisão por duas vezes.

Depois dos primeiros dias de incerteza, quando já muitos republicanos estavam encarcerados, Daniel Rodrigues seria preso em 20 de Dezembro, na Penitenciária de Lisboa, sendo libertado apenas em 9 de Março de 1918.

No período que se seguiu, estabelecido em Vila Nova de Famalicão, tentaria negociar em lã, de Trás-os-Montes, aliás, sem qualquer sucesso.

Depois da fracassada tentativa de revolta republicana em Santarém (Outubro de 1918), Daniel Rodrigues seria novamente preso, desta vez no Aljube, do Porto, onde ficaria até perto do Natal, desse ano de 1918. Derrotada a Monarquia do Norte (Fevereiro de 1919), tempo durante o qual permaneceu na clandestinidade, seria pouco depois reintegrado no exercício das suas funções públicas.

A fase seguinte da sua carreira ficaria assinalada pelo grande incremento da Caixa Geral de Depósitos, que a tornou numa grande instituição de crédito, do Estado.

O forte empenhamento partidário de Daniel Rodrigues, continuaria, e seria naturalmente eleito membro do Directório do Partido Republicano Português, no Congresso de Coimbra (1922), cargo que manteria em novas eleições de sucessivos congressos.

Nas eleições municipais de 1920, seria eleito para a Câmara Municipal de Lisboa (Senado), e reeleito nas eleições de 1922. Aliás exerceria, durante algum tempo, as funções de Presidente do Senado.

Ministro das Finanças, no Governo Rodrigues Gaspar, (Junho-Novembro, 1924) Daniel Rodrigues exerceria uma ação notável, levando até às últimas consequências a política já definida pelo Ministério Álvaro de Castro.

Ação aplaudida pelos comentadores económicos da época, como o jovem Artur Cupertino de Miranda, muito embora uma das últimas e mais importantes medidas tomadas por Daniel Rodrigues, a valorização do escudo, se prestasse a grande polémica, quanto à sua oportunidade.

Deputado eleito em 1925, Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, a biografia de Daniel Rodrigues ficaria marcada, nestes últimos meses da I República, pelas célebres Sessões em que se discutiu a Questão dos Tabacos. Presidindo a essas Sessões, Daniel Rodrigues teve que aguentar o imenso charivari feito pelas oposições, o que levaria o Grupo Parlamentar do PRP a pretender homenageá-lo, o que o 28 de Maio não deixou acontecer.

Do 28 de Maio de 1926 a Outubro de 1931, data em que deixou de exercer as funções de Administrador-Geral da Caixa Geral de Depósitos, a vida de Daniel Rodrigues foi um contínuo sobressalto, com o seu trabalho na Caixa constantemente interrompido por prisões e momentos de clandestinidade. Depois de afastado, pelo decreto salazarista que tinha transformado em comissão de serviço a nomeação vitalícia, como Administrador-Geral, Daniel Rodrigues fixar-se-ia em Vila Nova de Famalicão.

A sua luta política é que não terminaria por isso. Empenhado em todos os movimentos contra a Ditadura, salientar-se-ia, neste contexto, a atividade que desenvolveu na campanha do General Norton de Matos. Depois de preso, uma última vez, pela PIDE, em Abril de 1947, Daniel Rodrigues empenhar-se-ia, profundamente, na campanha presidencial.

Através dos apontamentos que deixou podemos seguir o dia a dia da atividade deste homem.

Daniel José Rodrigues que, por Portaria de 18 de Março de 1926, tinha sido autorizado a mudar o nome para Daniel Rodrigues Salgado, faleceu a 4 de Novembro de 1951.

Obras Escolhidas, da Literatura à Política, são as manifestações essenciais da biografia intelectual, distribuídas por:

- Confraternidade. Famalicão: Tipografia Minerva, 1910
- Terra de Basto. Famalicão: Tipografia Minerva, 1933
- Do meu baú. V.N. Famalicão: Tipografia Minerva, 1932

- Passatempo de prisioneiro: Miscelânea. Famalicão: Tipografia Minerva, 1929
- O Quijo
- Poesia Completa
- Textos Literários Textos Políticos Discursos Parlamentares
- Correspondência para Sousa Fernandes. V.N. Famalicão. C.M., 1990

In: Rodrigues, Daniel (1990). Correspondência de Sousa Fernandes. V.N. Famalicão: Câmara Municipal. leitura, introd. e notas de António Joaquim Pinto da Silva.

Sobre Daniel Rodrigues:

- Silva, António Joaquim (1989). Introdução. In Boletim Cultural da Câmara Municipal de V.N. Famalicão, nº 9, p. 119-121.
- Bacelar, Armando (1989). Perfil de Daniel Rodrigues. In Boletim Cultural da Câmara Municipal de V.N. Famalicão, nº 9, p. 123-126.
- Rego, Raúl (1989). Conferência. In Boletim Cultural da Câmara Municipal de V.N. Famalicão, nº 9, p. 126-127
- Rosas, Fernando (1989). Conferência. In Boletim Cultural da Câmara Municipal de V.N. Famalicão, nº 9, p. 128-133.

Doação

Fonte imediata de aquisição ou transferência

Âmbito e conteúdo

Sistema de organização

Idioma e escrita

Instrumentos de pesquisa

Doação da família em 12 de novembro 1987 à Câmara Municipal de V.N. Famalicão.

Fundo organizado em oito séries.

Português

ODA